FÓRUM TÉCNICO JOVENS NAS GERAIS: CONSTRUINDO O PLANO ESTADUAL DAS JUVENTUDES

14ª Reunião Preparatória – 19/4/2017 – 13h30 – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Órgãos e entidades presentes	 Centro de Estudos, Treinamento e Valorização do Terceiro Setor Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos – Cebi-MG Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais Júnior – Crea-MG Jr. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais – DCE-UFMG Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores – PT Educanto Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg Fórum das Juventudes da Grande BH Instituto Mãos e Vozes Instituto Pastoral da Juventude Levante Popular da Juventude Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais Subsecretaria de Juventude da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac
Parlamentares e assessorias	 Assessoria do deputado Ulysses Gomes Assessoria do deputado André Quintão Assessoria do deputado Geraldo Pimenta
Assessoria ALMG	 Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC
Pauta Prevista	 Abertura Apresentação dos convidados Retomada das discussões acerca da construção do evento Definição dos objetivos do evento Encontros regionais / programação Marcação da próxima reunião preparatória Encerramento
	 Aberta a reunião sob a coordenação da equipe técnica. Breve apresentação dos presentes: nome e entidade que representa. A equipe técnica relatou que na última reunião foi finalizada a sistematização do documento de referência, que foi reduzido de 222 para 175 ações, com melhoria de conteúdo e eliminação de repetições, num trabalho muito bem feito por essa Comissão Organizadora. O documento está passando por uma última revisão técnica da Consultoria Temática da Casa e

será entregue à GPI até o dia 30 de abril, quando passará por revisão de português e será encaminhado aos parceiros e publicado na página do evento no Portal da Assembleia.

Está na pauta das reuniões, a partir de agora, a estruturação do evento como um todo, porém a equipe técnica se sente.

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Está na pauta das reuniões, a partir de agora, a estruturação do evento como um todo, porém a equipe técnica se sente obrigada a informar que, devido ao contexto político, econômico e orçamentário por que passa a ALMG e ao esforço de contenção de despesas que foi colocado na abertura do ano legislativo, ainda não temos autorização da Mesa para as interiorizações e ainda não há definições sobre o escopo do evento, a despeito de todo o esforço que tem feito o deputado Ulysses Gomes, e também os deputados Geraldo Pimenta e André Quintão, para a viabilização de tudo que já foi proposto. Como exemplo, relatou-se que, para o Ciclo de Debates Pela Vida das Mulheres, ocorrido em março, havia previsão de quatro audiências públicas no interior, que não aconteceram. Também para as comissões parlamentares há a diretriz de não realizar nenhuma audiência pública no interior neste ano.
- Apesar dessas dificuldades, propõe-se como pauta da reunião a definição dos objetivos gerais do fórum técnico e a
 estruturação do formato dos possíveis encontros regionais; sugere-se também que as reuniões preparatórias sejam
 temporariamente suspensas até que haja definições objetivas na Casa sobre os encontros regionais e o tamanho do
 evento, para que não se planeje um formato que pode não vir a ser realizado.
- A representação do Crea Júnior questionou qual seriam os pontos específicos para os quais faltam recursos, se seria a questão de diárias, ou de espaços para os eventos, e relatou que, apesar de não contar com diárias, a entidade encontrou maneiras de realizar atividades no interior por meio de reuniões virtuais e do treinamento de pessoal nos locais, tendo realizado cerca de 400 reuniões envolvendo cidades do interior do Estado no último ano, e se colocou à disposição para apoiar, com sua estrutura operacional e suas parcerias em cerca de 60 municípios, a realização de reuniões do fórum técnico, colocando como ponto de dificuldades o treinamento de equipes no interior sobre os temas e os eixos, o que talvez requereria uma reunião presencial.
- A equipe técnica agradeceu a oferta de apoio e esclareceu que a ALMG sempre trabalha com cessão gratuita de espaços
 no interior, para o que conta com parcerias com câmaras municipais, universidades, escolas, entre outros, e conta com o
 apoio do Crea para conseguir locais nas cidades indicadas, trabalhando na expectativa de que o desenho planejado para o
 evento seja aprovado, mas colocou que o envio de equipes (de assessores técnicos, de relações públicas, de jornalistas e
 de TV) para eventos no interior envolve uma série de custos de transporte, hospedagem, alimentação, e não apenas
 diárias, além de todos os custos de divulgação e publicidade.
- Sugeriu-se como estratégia aproveitar a experiência do Parlamento Jovem, que já conta com 21 polos regionais e toda uma estrutura logística estabelecida.
- Relatou-se que o Parlamento Jovem é um projeto realizado em parceria entre a ALMG por meio da Escola do Legislativo
 e a PUC Minas, com adesão de câmaras municipais, e que a edição de 2017 tem como tema "Educação política nas
 escolas" e já está na fase dos encontros municipais, promovidos pelas câmaras parceiras. Já houve uma reunião para
 tratar da possibilidade de casar ações da etapa de polos regionais do Parlamento Jovem com o fórum do Plano de
 Juventudes, até por sugestão do deputado Ulysses Gomes, mas lembrou-se que o Parlamento Jovem tratará
 especificamente da temática mencionada e já tem etapa final prevista para setembro.
- Relatou-se a experiência, junto ao programa dos Objetivos do Milênio da ONU, de realização de rodas de conversa, divididas em três fases: 1) elaboração das diretrizes e objetivos do evento, 2) etapas realizadas nos municípios (que corresponderia aos fóruns livres), e 3) a etapa principal; e propôs-se que se incentivasse o protagonismo juvenil para a

realização de fóruns livres, com agendas compartilhadas envolvendo o Parlamento Jovem, o Centro de Apoio às Câmaras da ALMG – Ceac –, a Rádio e TV Assembleia e outras mídias alternativas; como as propostas para o plano já estão delimitadas, esses fóruns poderiam debater o conteúdo nas regiões, igrejas, escolas, ONGs, e depois o material poderia ser consolidado junto à Consulta Pública para discussão na etapa final do fórum.

- A equipe técnica relatou que os eventos da Casa estão previstos no Regimento Interno, que delimita a forma como o
 processo vai acontecer e dá segurança ao trabalho, e apresentou a avaliação de que abordar fóruns livres agora seria
 inverter a ordem de prioridades; de acordo com o número de encontros regionais, os fóruns livres terão sua função e
 escopo definidos.
- Lembrou-se que os fóruns livres são uma metodologia que tem critérios bem definidos como foi nas Conferências de Juventude e se espelham nas etapas regionais. Os espaços livres dependem dos espaços orientados e de pessoal que domine a metodologia, e conseguiriam atingir mais a juventude organizada, não sendo portanto suficientes. É necessária uma estrutura mínima de encontros presenciais para propiciar oportunidades de ampla participação.
- Perguntou-se o que já foi autorizado pela Mesa da Assembleia, e quais seriam os prazos para que os encontros sejam autorizados.
- Relatou-se que os deputados Ulysses Gomes e Geraldo Pimenta apresentaram um requerimento em agosto de 2016 para
 a Mesa com a proposta de realização de um fórum técnico para discutir em todo o Estado um Plano Estadual das
 Juventudes; após o início da organização do evento, houve uma grande mudança no contexto orçamentário, e atualmente
 a Diretoria de Planejamento tem realizado estudos junto a Mesa para definir os pontos de contenção de custos possíveis e
 viáveis, o que está levando a esse atraso na definição.
- A representação do gabinete do deputado Geraldo Pimenta colocou que, apesar de não ter procuração para falar pela Casa, em recente reunião com o diretor de Planejamento foi dito que, no âmbito das comissões, a diretriz é zero eventos no interior. O fórum técnico está constituído e vai acontecer, inclusive consta na Diretoria de Planejamento, o que não existe é a definição de quantas interiorizações poderão ser realizadas, ou mesmo se serão realizadas.
- A representação do gabinete do deputado Ulysses Gomes colocou que, a partir do momento em que requerimento para o fórum técnico foi aprovado, o evento deixa de ser dos deputados proponentes e passa a ser da ALMG, e depende de decisões da Mesa da Assembleia; sabia-se das dificuldades, e pensava-se que seria uma questão de definir o tamanho do evento, quantos encontros seriam, 12, 8 ou 6, com uma possível redução da estrutura, mas não se esperava uma dúvida sobre a realização do evento. É um momento de inflexão, seria o caso de suspensão dos trabalhos, uma vez que não há nenhuma decisão, com o detalhe de que a Mesa tem nova composição, e não aquela que aprovou o requerimento.
- A equipe técnica esclareceu que em momento nenhum falou em ou teve a expectativa de não realização do fórum técnico.
 Espera-se a definição do tamanho e alcance do evento, e o relato das dificuldades foi feito no sentido de que essa Comissão Organizadora não planeje algo que possa não vir a ser realizado; o que foi proposto foi avançar hoje nos pontos colocados, e suspender temporariamente apenas as reuniões, aguardando as definições políticas.
- A representação da Gerência de Relações Públicas, no sentido de tranquilizar os parceiros, colocou que não é a primeira vez que ocorre algo parecido, de um evento institucional ser aprovado e durante a organização haver indefinições e atrasos por questões políticas e logísticas, e propôs pensar cenários para seguir a organização, pensando os melhores instrumentos de escuta à sociedade dentro das possibilidades.
- Defendeu-se a necessidade da realização de encontros presenciais, lembrando-se que historicamente esses processos

Transcurso da reunião / pontos importantes

não chegam no interior e que a entrada da temática da juventude na agenda de governo é recente, e há portanto uma grande deficiência, sobretudo para os jovens do interior, sendo essencial levar a discussão até a ponta. Se essa Casa não tem condições de realizar os fóruns nesse formato que foi idealizado, pensado e construído por todos os membros dessa Comissão, é preferível suspender o processo e retomar quando isso for possível, para não deixar de ouvir de fato o conjunto de juventudes do Estado.

Transcurso da reunião / pontos importantes

- A representação da Gerência de Consultoria Temática, no sentido de dar um alento, colocou que a construção do
 documento foi muito bonita, e o resultado ficou de excelente qualidade, e que pode-se trabalhar de outras formas para
 preparar para a plenária final, buscando capilarizar a discussão o máximo possível. De qualquer forma o trabalho realizado
 já foi um grande avanço, pelo que estão todos que participaram do processo de sistematização de parabéns, sem querer
 de forma alguma implicar que se pare por aqui.
- Colocou-se que sistematização foi toda feita com representantes dos movimentos e de fato trouxe esse avanço de
 conteúdo na discussão de juventude para o Estado, e manifestou-se concordância com a preocupação de que apenas
 fóruns virtuais e fóruns livres não conseguiriam cumprir com uma parte importante do plano que é dialogar com a
 juventude; o trabalho poderia mesmo retroceder, com a participação livre e envio de relatório por internet de grupos de
 juventude mobilizados por políticos locais, o que é comum no interior. Sugeriu-se que toda a estratégia de como prosseguir
 para levar a discussão para todo o Estado a partir do cenário que se tem agora seja pensada junto com os movimentos.
- Argumentou-se que a realização de fóruns virtuais é uma estratégia capciosa, que dá a ilusão de que houve uma ampla escuta e discussão, mas que é necessário lembrar que grande parte da juventude não tem acesso à internet, e que o que pode ocorrer é a legitimação de uma participação pública inexistente. Foi apresentada a proposta de construir o evento como se esperava, como se não houvessem essas dificuldades, e depois pressionar a ALMG para que o evento aconteça.
- A representação do gabinete do deputado Ulysses Gomes colocou que não se perde o trabalho já feito, pois uma coisa é a construção do evento institucional fórum técnico, e outra maior é a discussão de um plano estadual para as juventudes. O que pode ser perdido, com a suspensão do fórum, é o trabalho conjunto, envolvendo a Assembleia, mas o Executivo pode protocolar o projeto de lei o que só ele pode fazer, já que não cabe a um parlamentar ou à iniciativa popular propor um plano e a partir daí se teria algo concreto para discussão e poderiam ser buscadas de outras formas participação. Mesmo que o fórum não seja realizado, o que pela primeira vez foi colocado concretamente, houve um importante trabalho de sistematização que trouxe avanços, e o executivo pode apresentar um plano discutido e aprimorado por essa Comissão Organizadora. Não faz sentido definir objetivos e estruturar encontros sem uma definição sobre a realização; caso haja a aprovação do evento, retoma-se a sua construção, e, caso ele seja suspenso, o próximo passo seria trabalhar para que o Executivo apresente o projeto de lei.
- A equipe técnica apontou novamente que não apresentou nem cogitou a hipótese de cancelamento do evento.
- Foi colocada, extemporaneamente para avaliação dos parceiros, uma questão sobre o documento de referência; a GCT avaliou, após a leitura das ações do eixo 6 Do direito à cultura, que os dos títulos das diretrizes são desnecessários (6.1 Estímulo à produção cultural e acesso aos aparelhos culturais e 6.2 Estímulo para o desenvolvimento da cultura e identidade juvenil), e propõe a supressão das diretrizes, como foi feito no eixo de meio ambiente. As diretrizes do eixo 6 foram suprimidas, e o eixo conterá apenas as ações aprovadas.
- Foram apresentados esclarecimentos sobre o processo participativo para o Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG –, lembrando-se que o cronograma inicial previa que o fórum acabasse em tempo para que algumas de suas

propostas pudessem ser contempladas já no próximo ano. O PPAG tem duração de quatro anos, mas passa por uma revisão anual para se alinhar à Lei Orçamentária Anual – LOA; o executivo envia uma proposta de revisão, e geralmente na primeira semana de novembro a ALMG recebe sugestões da sociedade civil, sobre as quais há uma análise de viabilidade técnica em reuniões com participação de especialistas do Executivo, e pode haver decisão parlamentar de incorporação das sugestões, num processo coordenado pela Comissão de Participação Popular em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, por meio de emendas ao PPAG, emendas à LOA e encaminhamento de requerimento, de pedido de providência ou de pedido de informação.

Transcurso da reunião / pontos

importantes

- Foi colocada em discussão a suspensão temporária das reuniões.
- Propôs-se um prazo, de um mês no máximo, para que a Comissão Organizadora não se desmobilize. É importante definir alguns combinados nessa reunião, já que fazer o evento sem interiorização não é interessante, deve-se definir uma diretriz nesse sentido para ser levada à Mesa, acredita-se que essa Comissão tem legitimidade para tal. Lembrou-se que foi a Casa que convidou e convocou as entidades, e já há todo um tempo dedicado por parceiros que acreditaram na proposta de evento.
- Apontou-se que a discussão do conteúdo trouxe em paralelo toda uma reflexão sobre a metodologia, sempre no sentido de uma maior inclusão nas discussões, sobretudo da juventude não organizada, e que de fato fóruns virtuais podem agregar como uma ferramenta a mais, mas não garantem representatividade e geram exclusão de parcela da juventude.
- A gerente operacional da GPI colocou o compromisso da equipe técnica com o trabalho que vem sendo realizado desde setembro de 2016 por essa Comissão Organizadora, no sentido de que o evento aconteça com o maior participação possível; as questões apresentadas estão fora da alçada da equipe técnica, que agradece a última e outras falas para que não se saia sem deliberar nada, afirmando que iria justamente propor algo nesse sentido e que a equipe não deixará os parceiros sem notícias, nem deixará de correr atrás das respostas. A gerência está em permanente contato com os gabinetes dos deputados Ulysses Gomes, Geraldo Pimenta e André Quintão e com o secretário-geral da Mesa em busca de uma proposta que verdadeiramente contemple a necessidade de ouvir a juventude de todo o Estado na construção deste plano, que já começou bem com a sistematização do documento de referência, que foi de fato um trabalho diferente e muito bem feito.
- Perguntou-se quando a Subsecretaria de Juventude encaminhará o projeto de lei. A equipe técnica esclareceu que a existência formal de PL não é condição para a realização do fórum, pelo contrário, o projeto pode ser apresentado após a plenária final e abrigar as proposições aprovadas no evento durante a tramitação, por meio de substitutivos, por exemplo.
- Ficou acordado que novidades serão informadas à Comissão Organizadora assim que surgirem, e que a próxima reunião será convocada assim que houver definições ou, na ausência disso, para o dia 17 de maio.

Próximas reuniões

 Não há reuniões marcadas. A próxima reunião será convocada por e-mail assim que houver definições sobre o escopo do evento, mantendo-se numa quarta-feira, às 14 horas. Caso não haja definições dentro de quatro semanas, ficou combinado que será convocada reunião para o dia 17 de maio.